



| | | | |
|---------------------|--|------------------|---------------|
| DIÁRIO DE NOTÍCIAS | | DIÁRIO POPULAR | 11. SET. 1979 |
| SÉCULO | | DIÁRIO DE LISBOA | |
| JORNAL DO COMÉRCIO | | CAPITAL | |
| DIA | | REPÚBLICA | |
| DIÁRIO | | JORNAL NOVO | |
| PRIMEIRO DE JANEIRO | | LUTA | |
| JORNAL DE NOTÍCIAS | | | |
| COMÉRCIO DO PORTO | | | |

LURDES PINTASILGO ONTEM NA TV

AGRAVAMENTOS DE PREÇOS SÃO INDEPENDENTES DO F. M. I.

A primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo, numa entrevista ontem concedida à RTP-1 e que constituiu na prática como que uma comunicação ao País, na sequência dos aumentos de preços decididos pelo V Governo Constitucional, afirmou que os agravamentos de preços verificados «são totalmente independentes do Fundo Monetário Internacional». Referiu que o aumento verificado é dependente da estrutura das empresas públicas, das dificuldades internas do País e da crise internacional, atendendo à subida do preço do petróleo.

«Não temos uma economia construída para as pessoas», mas possivelmente as pessoas ao serviço da economia, e isso é uma modificação que não se opera em três meses» — declarou a primeiro-ministro.

«Estou convencida de que vamos, pelo menos, deixar o caminho para uma economia que esteja ao serviço das pessoas e não de um grande pólvora que está envolvendo tentacularmente as pessoas» e «quase sugando o seu próprio sangue» — observou.

«Este Governo, que era um Governo de cem dias, mas é um pouco mais», «está preso a um orçamento que não fez» — disse a primeiro-ministro.

Aludiu à necessidade de se promover um «saúdavel equilíbrio» das finanças de algumas empresas, que não especificou, e salientou o peso da máquina administrativa, que tem 400 mil funcionários em quase dez milhões de habitantes».

Lurdes Pintasilgo recordou a palavra-de-ordem de Giscard

D'Estaing, segundo a qual «acabou para os franceses a sociedade de consumo».

Salvo de outros fatores internacionais da crise do petróleo, a primeiro-ministro recordou que «na vizinha Espanha, no próprio dia da subida do preço do petróleo, se reuniu extraordinariamente o conselho de ministros».

«Conosco aconteceu que à subida do preço do petróleo respondemos com a permanência dos preços» — frisou Lurdes Pintasilgo.

Interrogada sobre a presença de uma delegação do F. M. I. em Lisboa, a chefe do Executivo salientou que os contactos em curso são feitos com o Banco de Portugal e não com o Governo.

Lurdes Pintasilgo mostrou preocupação com as incidências sociais dos aumentos de preços e disse ter havido o cuidado de as minorar — no que citou o caso dos transportes.

A chefe do Executivo declarou ser «um drama» para o Governo o conhecimento da situação em que se encontram, por exemplo, os pensionistas, que recebem subsídios mensais de 1500 escudos, o que — referiu — não chega para a sua alimentação.

Em relação à agricultura, a primeiro-ministro mencionou o reforço de medidas que beneficiem o sector.

Interrogada sobre o seu possível «isolamento», Lurdes Pintasilgo aludiu às preocupações causadas pela greve dos médicos e pelo aumento de preços, explicando que, brevemente, iniciará uma série de deslocações por Portugal, que acontecerá semanalmente às

quintas-feiras. A primeira deslocação fora de S. Bento será precisamente às zonas florestais do Distrito do País devastadas pelos incêndios.

P. S. D. CULPA O SECTOR PÚBLICO PELOS AUMENTOS

Sob o título «O Governo da «maioria de esquerda» aumenta», o Partido Social-Democrata divulgou um comunicado do seu comité permanente da comissão política nacional no qual afirma que os aumentos internacionais, em particular o do petróleo, «não são os maiores responsáveis pelos acréscimos verificados em Portugal». «O que está em causa é a ineficácia e até certa irresponsabilidade no funcionamento do sector público empresarial originando-se prejuízos que se acumulam e que depois é preciso cobrir através dos preços dos bens e serviços por ele produzidos».

C. D. S. CONTRA «POLÍTICA DE SANEAMENTOS»

Por outro lado, o C. D. S. num comunicado que retoma as principais intervenções de Amaro da Costa, anteontem em Gaia, a que já fizemos referência, critica o V Governo porque «começou a executar uma política de saneamento na economia, na comunicação social e na Polícia Judiciária».

O C. D. S. considera que as últimas decisões do Governo «não passam de paliativos atabalhoados, dum improvisado que é autêntica negação do que deve ser a actividade governativa».